

NOTICIÁRIO

SEMINÁRIO 25 de ABRIL — 10 ANOS DEPOIS

A Associação 25 de Abril assinalou a passagem do 10.º Aniversário do 25 de Abril de 1974 com uma série de iniciativas. A abrir as comemorações são de sublinhar: exposições de Pintura, Fotografia e Cartazes, na SNBA; sessões de Cinema no salão de festas do grupo desportivo do BESCL; espectáculo de Canção de Intervenção no Coliseu dos Recreios e o Seminário «25 de Abril — 10 Anos Depois», realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 2, 3 e 4 de Maio último.

É deste último importante acontecimento científico que pretendemos dar conta, embora de forma incompleta, pois apenas referiremos, com mais pormenor, as sessões a que assistimos. Os três «Ds» de Democratizar, Descolonizar e Desenvolver constituíram-se em núcleos sistematizadores de reflexão sobre os últimos dez anos da sociedade portuguesa. Durante os três dias de duração do seminário muita coisa foi dita e revelada por alguns dos mais reputados especialistas das ciências sociais e por alguns dos mais importantes protagonistas de acontecimentos particularmente marcantes da actual realidade portuguesa nas suas múltiplas dimensões — social, económica e política. A avaliação da real importância desta realização só poderá ser feita mediante um estudo atento dos textos que serviram de base às comunicações apresentadas e cuja publicação aguardamos para breve.

DEMOCRATIZAR — O Sistema de Ensino foi tema para comunicações de Rui Grácio, Aldónio Gomes, António Brotas e Hermano Saraiva; a Comunicação Social contou com os contributos de Adriano Rodrigues, Augusto Carvalho, Cesário Borga e Mário Mesquita e o Sistema de Valores com Eduardo Cortesão, António Rego, António Vitorino de Almeida, Helena Cidade Moura, Cecília Barreira e Rangel de Lima. Finalmente sobre o Sistema de Relações do Poder Político debruçaram-se José Medeiros Ferreira, que analisou a natureza do sistema político constituído no 25 de Abril; Joaquim Aguiar, que se ocupou dos últimos dez anos, descrevendo com algum detalhe e polémica as características fundamentais do sistema político e apontou vários cenários possíveis para a sua transformação; Boaventura de Sousa Santos, que abordou a questão do Estado no pós-25 de Abril, analisando de uma forma bem sistematizada e original as crises de hegemonia e da administração que conduziram à paralisia do Estado e também à sua preservação sem mudanças qualitativas e, por último, Eduardo Lourenço, que se interrogou sobre o carácter revolucionário do 25 de Abril, enquadrando este movimento na história das revoluções portuguesas e europeias.

DESCOLONIZAR — A temática da descolonização foi aquela que mais atenções polarizou e mais polémicas gerou. Os razões parecem-nos assentar no facto de, pela primeira vez, um público alargado ouvir os mais directos participantes numa dimensão particularmente marcante da sociedade portuguesa do pós-25 de Abril e relativamente à qual ainda se faz sentir um certo mal-estar. Alguns dos militares protagonistas do 25 de Abril de 1974 e do período que se seguiu até 25 de Novembro de 1975, escreveram as suas memórias, revelaram-nos discussões internas ao MFA, deram-nos a conhecer documentos de estratégia militar e de análise política, mas nada nos tinham dito do processo de descolonização, dos acordos feitos e dos inviabilizados, das diferentes concepções de descolonização, etc. Mas na Gulbenkian estiveram Carlos Fabião, Sousa Meneres, Mário Tomé, Melo Antunes, Pezarat Correia, Victor Crespo, Rosa Coutinho e ainda outros militares como Costa Gomes, que não apresentaram qualquer comunicação mas participaram nos debates, em particular sobre questões relativas à situação militar em cada uma das antigas colónias envolvidas em lutas de libertação e às políticas e aos processos de descolonização.

O debate foi dominado pelas intervenções dos militares que procuraram questionar as ideias feitas sobre o processo de descolonização, à luz das experiências que viveram. Neste campo é de salientar o confronto entre Rosa Coutinho, Costa Gomes e Mário Tomé na apreciação do processo de Angola e Timor-Leste. Sobre este último, a parte da descolonização que está por fazer, Mário Tomé foi particularmente incisivo nas intervenções que fez. Victor Crespo fez uma longa e detalhada exposição sobre a descolonização, em geral, e sobre o caso de Moçambique, em particular, salientando os recursos financeiros que no período de transição foram canalizados para as ex-colónias e referindo-se especialmente a uma das características do colonialismo português — a deficiente integração das populações na administração devida à fraca formação dos colonos portugueses que assim ocupavam mesmo os lugares inferiores.

Polémicas foram também as comunicações de Eduardo Sousa Ferreira, que defendeu a ideia de que Portugal foi bem sucedido, enquanto potência colonizadora, ao proceder à integração das antigas colónias na Divisão Internacional do Trabalho e de Luis Moita, que afirmou a existência de critérios bem definidos para uma política de descolonização, embora fossem resultado da tensão gerada entre uma prática de negociações com os partidos representantes das guerras de libertação e a adopção do princípio de sufrágio universal para constituição de assembleias constituintes.

DESENVOLVER — O terceiro «D», de Desenvolver, é tido geralmente como o objectivo não realizado do programa do MFA. O debate centrou-se à volta de um conjunto diverso (disperso até) de comunicações mas culminou bem com um painel de encerramento que constituiu o ponto mais alto desta sessão. Participaram Mário Murteira, Américo Ramos dos Santos, Armando de Castro, Manuela Silva, Alfredo Marques e Augusto Mateus. Em causa estiveram principalmente os caminhos que a economia portuguesa deve vir a trilhar, as relações entre a democratização e o desenvolvimento e a importância da formação de recursos humanos.

Virgínia Ferreira

I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ECONOMIA DA SAÚDE

Tendo em vista a preparação da Conferência Internacional sobre Economia da Saúde a realizar em Lisboa no próximo ano e a dinamização de um debate sobre os problemas económicos ligados à área da saúde em Portugal, a Escola Nacional de Saúde Pública, através da equipa responsável pela disciplina de Economia da Saúde, organizou, a 29 e 30 de Março último, o I Seminário Nacional sobre Economia da Saúde, sob a epígrafe «A solidariedade social num contexto de escassez de recursos».

Participado maioritariamente por gente ligada ao aparelho estatal de saúde e, em particular, por técnicos de administração e de gestão central e regional, este seminário veio fornecer um valioso contributo, pelo material carreado e pela própria natureza das comunicações e do debate (sempre insuficiente!), para uma avaliação do sistema de saúde actual português.

Fruto da conjuntura, os trabalhos, esperava-se, estariam à partida dominados pelo espectro da recessão, da escassez dos recursos e da ineficiência económica. Talvez por isso mesmo, a intervenção importante de Manuela Silva, na abertura dos trabalhos, decerto em sintonia com os promotores do encontro, preocupou-se com o recolocar das questões da economia da saúde em período de recessão económica no contexto mais amplo das opções políticas e dos grandes objectivos nacionais. «A crise económica constitui um momento privilegiado para questionar o funcionamento global do sistema e apreciar criticamente as soluções com que as sociedades organizadas respondem às necessidades fundamentais dos cidadãos». A crise manifesta-se sob formas muito diversas — desaceleração do crescimento económico, défice externo, desemprego massivo, inflação — e reflecte-se directa ou indirectamente no nível de saúde das populações, pela redução do rendimento das famílias com o comprometimento da satisfação das necessidades básicas, pelas dificuldades de financiamento dos serviços públicos de saúde com repercussão na qualidade e mesmo na quantidade do serviço prestado, pelo maior envolvimento do estado em actividades de carácter social, como resposta a solicitações avolumadas pelo impacto da crise nos diferentes sectores da sociedade e, por último, através das próprias medidas de política económica de tipo recessivo e, nomeadamente, da tendência liberalizante que se vai esboçando e que, em domínios de necessidades básicas como este, não responde adequadamente às situações dos menos favorecidos. A uma solução darwinista, assente na compressão indiferenciada dos gastos em todos os serviços públicos e deixando que os processos de ajustamento se façam através da cedência nos nós mais fracos do sistema, Manuela Silva contrapõe uma opção paradigmática de tipo progressista, assente simultaneamente na eficiência, na equidade e na participação. A avaliação da eficiência de uma política tem de integrar todos os efeitos dela decorrentes, mesmo os efeitos indirectos, normalmente ignorados pela miopia economicista ou rotulados de custos sociais e, portanto, secundarizados. A exigência de equidade para além de ser uma imposição constitucional e uma marca do regime democrático é uma condição essencial para o desenvolvimento harmónico da sociedade, através da correcção das discriminações existentes no seu interior. Finalmente, sem o empenhamento e a participação de todos os sectores responsáveis do estado, não apenas na execução mas também nos momentos de con-

cepção e de avaliação das políticas, e sem uma forte consciência colectiva quanto ao direito à saúde por parte da população, dificilmente se escaparia a um centralismo cego e alienante por parte dos órgãos com responsabilidade política no sector da saúde.

Várias questões centrais para o debate sobre o sistema de saúde em Portugal foram, directa ou indirectamente, tocadas pelos autores das cerca de vinte e cinco comunicações apresentadas no seminário. Referiremos apenas algumas.

Medicina privada/medicina socializada. Uma análise das contas nacionais (J. Ferraz Nunes) evidencia uma tendência para a estagnação a partir de 1976 nos gastos públicos de saúde, sendo que cerca de metade dos recursos destinados aos serviços de saúde são transferidos para o sector privado, consolidando-se assim uma tendência para a retracção da intervenção directa do estado em favor duma medicina privada fortemente subsidiada. Noutra comunicação (A. Correia de Campos) sobre a articulação entre o sector público e o sector privado, mostra-se que a coexistência da medicina privada com a medicina pública, praticada pelos mesmos médicos em regime de acumulação, conduz à atrofia desta última e reexaminam-se os argumentos geralmente utilizados para justificar os custos mais elevados da medicina privada. Manuela Silva já anteriormente comparara os sistemas liberais de seguro de doença com os sistemas de tipo Serviço Nacional de Saúde, para demonstrar — ilustrando com o caso inglês — que quando lançados em momento ideal e afinados pela experiência, estes últimos se tornam indiscutivelmente os menos dispendiosos e os mais eficazes, mau grado as críticas de alguns economistas liberais.

Sobreconsumo de medicamentos. Portugal ocupa o segundo lugar dos países da OCDE em número de embalagens consumidas por habitante. A partir daqui, Emília A. da Silva e Luciano Patrão procuram analisar a economia do sector dos medicamentos (produção, importação, comercialização, consumo e financiamento) e avaliar o impacto financeiro do estabelecimento da taxa fixa de prescrição lançada em 1982. Ficou a saber-se que o sector industrial está fortemente concentrado (20 laboratórios representam 50% da oferta) e dependente do exterior (metade dos consumos intermédios são importados); que os sistemas de segurança social asseguram mais de metade das receitas das farmácias e que estas se expandem em número e volume de vendas mesmo em plena crise económica; e que a taxa de prescrição teve uma eficácia limitada na contenção da procura, reduzindo apenas temporariamente os consumos, desviando para outros subsistemas de segurança o financiamento dificultado e introduzindo um factor de discriminação económica e de injustiça. Defendeu-se, finalmente, um papel de maior preponderância do estado (afinal o principal cliente e pagador), através de uma política de informação dos consumidores e de um mais apertado controlo sobre a fixação dos preços. A subida dos preços (directa ou camufladamente por meio da substituição de especialidades farmacêuticas) e não tanto os acréscimos de consumo foi, aliás, a principal responsável pela evolução crescente dos gastos com medicamentos entre 1979 e 1981 (Manuel C. Teixeira e Maria da Conceição Pito).

Os *ganhos de eficiência* estão em geral relacionados com a capacidade de superar as disfunções burocráticas. Foi possível verificar que, através da mobilização de recursos locais, embora pertencentes a diferentes subsistemas de saúde, se consegue fazer baixar substancialmente os encargos, sem prejuízo da qualidade e com maior como-

didade para os utentes (J. Covas de Lima; Ana Maria Escoval, António Luz, António Suspiro e Godinho Ramos). Detectada ainda a concentração da procura de urgências e de consultas externas em hospitais centrais (Zaida Azeredo), devida apenas à ausência de um sistema de orientação dos doentes. Os custos económicos do tratamento hospitalar do aborto com complicações (João Amado e Alberto Loureiro) e das deficiências pediátricas (Cândida Maia; J. Ferraz Nunes), em consequência da inexistência ou insuficiência de uma actuação preventiva, constituem dois exemplos do muito que parece estar ao alcance de uma política séria de saúde, mesmo no quadro de uma economia de crise. Contudo, importantes bloqueamentos, que não relevam apenas da economia ou da rigidez burocrática — factores sócio-políticos e culturais, nomeadamente, actuando sobretudo a nível das grandes opções políticas — persistem e podem ser altamente responsáveis pela ineficiência do sistema de saúde português (J. L. Castanheira; C. Gouveia Pinto).

Maria José Ferros
Pedro Hespanha

JORNADAS DA BEIRA INTERIOR

Em 18, 19 e 20 de Maio deste ano o Jornal do Fundão organizou as Jornadas da Beira Interior e proporcionou um *forum* de discussão extremamente criativo. Não deixando de se fazer sentir o rigor que realizações deste género merecem e que procuram ter quando se confinam aos limites dos meios académicos, não escapando também aos fulgores conjunturais que as motivações dos discurso político lhes trazem, as Jornadas situaram-se, contudo, numa dimensão bem particular que lhes garantiu grande interesse.

A diferença neste caso foi feita por uma terceira componente de participantes (para além da académica e da política) — refiro-me à componente local, à dos homens que, agindo por uma região, vivendo e recriando a sua cultura, idealizando a sua economia e os projectos de transformação, dando-lhe nome fora dos seus limites, representando as suas estruturas, fazem sentir que, num país tão centralizador, as capacidades locais estão aí (activadas talvez pela crise) para servirem de fermento a formas novas de desenvolvimento.

Naturalmente que não idealizamos a região como o «paraíso» contrastante com o «purgatório» das relações contraditórias que constituem o espaço amplo de uma nação, mas o que nos parece claro é que quando os modelos centrais estão esgotados e ineficientes é às capacidades tradicionalmente ofuscadas que urge dar expressão.

Nestas Jornadas esteve assim fundamentalmente em causa a afirmação da identidade de uma região e a sua consciência da necessidade de superar as relações que confinam o interior a um posicionamento desigual face a outros espaços que, devido à sua «dian-teira», fazem reverter para si próprios riquezas que valeriam à transformação da região onde são criadas.

É por isso natural que as Jornadas da Beira Interior confrontassem o imobilismo dos que preferem as «vantagens» que o «livre

jogo» das relações desiguais (lhes) traz e que, por outro lado, tivessem presente a discussão acerca das decisões de regionalização.

No plano dos debates julgamos que se podem referir três dimensões principais: a da cultura e das condições de vida; a dos problemas dos emigrantes e a da transformação das actividades produtivas numa perspectiva de desenvolvimento regional.

As questões da cultura contribuíram para uma avaliação extremamente interessante de um património vastíssimo (jogos e tecnologias tradicionais, capacidades museológicas, riquezas arqueológicas e arquitectónicas, artesanato) e para o relembrar de muitas necessidades urgentes (saúde, educação...).

As questões da emigração e do retorno dos emigrantes foram das mais vivamente discutidas, até pela presença activa de elementos das comunidades no estrangeiro e pela atenção que os representantes do poder lhe dedicaram (porque a região é um lugar de onde se podem avaliar melhor as divisas que nos vão chegando? porque há vontade real de fazer participar os (ex-)emigrantes nos projectos de transformação? ou porque às possibilidades concretas destes homens integrarem novas formas de desenvolvimento se têm juntado algumas perspectivas demagógicas que justificam o eterno adiamento de uma transformação que só se vai dando à margem dos deveres de quem governa?).

Numa região onde 50% das famílias fazem agricultura (nalguns concelhos este valor atinge mais de 90%) natural se tornava que as questões da agricultura tivessem um lugar central.

Duas dimensões foram largamente analisadas — a que se prende com a natureza principal das economias agrícolas individuais, que consiste no facto de haver uma forte interrelação entre as actividades agrícola e não agrícola, e a que decorre do papel que a dinâmica positiva da pequena agricultura pode ter numa perspectiva de desenvolvimento.

O pano de fundo desta discussão consistiu, contudo no seguinte confronto de perspectivas: deve o desenvolvimento de uma região ser pensado tendo principalmente em conta as determinantes e capacidades locais ou de pelo contrário ter-se primeiramente em conta as condições de espaços mais vastos onde a região se vá integrar (por exemplo a CEE)?

Também os problemas da mono-indústria em crise que domina na região (os lanifícios) não podiam deixar de se fazer sentir, ao mesmo tempo que nos ficava a ideia de que é na interligação de actividades (agricultura e indústria) e de formas de economicidade (economias domésticas e economias industriais) que pode estar um dos caminhos para superar os dilemas que a modernização industrial geralmente coloca.

Diga-se, finalmente, que o êxito destas Jornadas será certamente coroado pela publicação em livro, que o Jornal do Fundão prepara, dos materiais apresentados.

José Reis

II JORNADAS AGRÁRIAS GALEGAS

As II Jornadas Agrárias Galegas realizaram-se em Lugo, durante os dias 23, 24 e 25 de Março passado, na Escola de Engenheiros Técnicos Agrícolas, sendo exclusivamente dedicadas à temática da Montanha Galega.

Tal escolha impôs-se pelas preocupações que a mesma levanta, actualmente, na Agros Galega e que é assim expressa pelo Comité Organizador, no primeiro documento preparatório do Encontro:

«A Montaña Galega representa unha ampla zona marxinal, envelhecida e cada vez mais desertizada que é preciso recuperar, si queremos manter o equilibrio ecoloxico e potenciar os recursos produtivos tan necesarios para o noso desenvolvemento.

Por elo dedicamos estas II Xornadas Agrarias ao estudio da nossa Montaña, como primeiro intento de aproximacion a sua problemática e de estabelecer alternativas globais nos seus eidos mais fundamentais».

As Jornadas contaram com a presença de duas centenas de participantes, entre os quais um grupo de técnicos portugueses, que, num clima de extraordinária vivacidade pela diversidade de opiniões dos presentes — camponeses, dirigentes sindicais, cientistas, professores, técnicos, estudantes — procederam a uma profunda reflexão sobre os temas e as questões em debate.

Foi com um belíssimo recital de poesia dedicada à Montanha, dito por Uxio Novoneira (Poeta e Presidente da Associação de Escritores em Língua Galega), e em que o poeta português Teixeira de Pascoas haveria de ser invocado, que se iniciaram as Jornadas.

Os trabalhos foram divididos em três grandes áreas. Área social: sociocultura, habitação, saúde e educação; área agrícola: agricultura, pastorícia, silvicultura e uso integral dos Montes; área recursos complementares: apicultura, caça, artesanato e frutos da Montanha.

A par das discussões dos temas propostos nestas três áreas, debateram-se, também, em mesas redondas, questões ligadas à conservação e desenvolvimento da Montanha, participação dos camponeses nas potencialidades da Montanha e aproveitamento dos Montes Vicinais.

Quarenta comunicações foram apresentadas em sessões plenárias, alargadas a todos os participantes. Mesmo com as limitações de tempo e o elevado número de comunicações, foi possível o tratamento global e integrado da temática, conseguindo-se, no final, um painel de propostas e alternativas bastante importantes para o futuro.

A ausência e falta de apoio das entidades oficiais, apesar de formalmente convidadas a assistir, contrastava com a presença numerosa de camponeses e trabalhadores da zona de Montanha, interessados em participar activamente nas discussões e encontrar as melhores soluções, garantindo a sua identidade sociocultural e recusando modelos de dependência externa.

Foram as questões relacionadas com o futuro dos Montes Vicinais — Florestação, Conservação e Economia de Montanha — que apresentaram maiores clivagens. Poderá dizer-se, em síntese, que a questão central acabou por colocar-se no modo de aproveitamento dos Montes Vicinais e as relações jurídicas de propriedade: — florestação e reflorestação com espécies autóctones, ou simplesmente povoamento de espécies — pinheiros e eucaliptos — para produção?; — pas-

toreio extensivo nos Montes Vicinais ou incremento de gado bovino leiteiro com pastagens intensivas em parcelas privatizadas?; — manutenção da propriedade comum dos Montes Vicinais, totalmente entregues às populações, ou continuação da tutela dos Serviços Florestais?

Como conciliar estas opções divergentes num correcto aproveitamento económico dos Montes?

O material resultante das comunicações e das discussões destas II Jornadas, servirá certamente para continuar a aprofundar a temática da Montanha, esperando-se que venha a ser publicado antes das III Jornadas, marcadas para a Primavera do próximo ano. Foi, entretanto, anunciado que as comunicações das I Jornadas seriam brevemente publicadas.

Raúl Caixinhas

SESSÃO BRITÂNICA DA VI CONFERÊNCIA J. LLOYD EATON SOBRE FICÇÃO CIENTÍFICA

As Conferências de J. Lloyd Eaton, promovidas pela Eaton Collection — uma vasta colecção de publicações de e sobre ficção científica guardada na biblioteca da Universidade da Califórnia em Riverside — realizam-se anualmente desde 1969 naquela cidade americana. A conferência deste ano, a pretexto do *Nineteen Eighty Four* de Orwell, recebeu o título genérico de «1984: The View from Two Shores» e desdobrou-se em duas sessões, uma realizada em 14 e 15 de Abril em Riverside e subtitulada «1984: Manifested Destinies» e a outra, com a epígrafe «1984: Now or Never?» de 2 a 4 de Julho em Inglaterra, na North East London Polytechnic, em Dagenham, na área suburbana de Londres. Aí se encontra sediada a Science Fiction Foundation, única entidade académica no Reino Unido que se dedica ao estudo e investigação da ficção científica e à qual competiu, na pessoa de Colin Greenland, a organização desta sessão especial da conferência, da qual se dá aqui notícia.

O facto de a «sessão europeia» ser ulterior à americana em nada diminuiu o interesse da jornada, quer pelo número e proveniência dos participantes, quer pela variedade dos contributos, quer pela qualidade intrínseca dessas dezanove comunicações, quer ainda pelas questões levantadas nos tempos de discussão, que bem curtos pareceram.

Cada período de trabalhos era inaugurado com uma conferência mais alargada por uma personalidade de relevo, especialmente convidada para o efeito, e que em princípio dava o tom à sessão. Convidado de honra foi o professor Bernard Crick, da Universidade de Londres, Orwelliano eminente, que falou dos aproveitamentos e leituras dados a *Nineteen Eighty Four*. Dos restantes *Keynoters*, George Slusser (Univ. Riverside), curador da Eaton Collection, leu um seu texto, já publicado em *Arts and Architecture*, «Beyond 1984: Cities and Utopia in the Futures of Science Fiction»; e Eric S. Rabkin ao falar de «The Unconscious City» exemplificou na ficção científica modelos psicanalíticos de cidade (a cidade como fêmea, a cidade como mãe...) O cinema esteve também representado por outro orador principal, o crítico Philip Strick, e pelo filme de amador «Alternate

Voices», uma meditação Wellsiana sobre a Cidade e o Império do britânico Tom Williams.

George Orwell e *Nineteen Eighty Four* foram de (raramente) centro de atenção a mero pretexto, por vezes mera referência/reverência no início ou final duma comunicação, o que não surpreende, se se pensar que *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* é um romance medíocre dum jornalista notável, que, pretendendo ser um aviso, foi arrastado, por homonímia com 1984, para o campo mítico da profecia e como tal tratado e maltratado por toda a espécie de leitores (dos que o leram e dos que o não leram). Além da comunicação de B. Crick, o romance de Orwell foi de facto objecto de análise do texto de Elisabeth Maslen, que falou precisamente da projecção das mais conspícuas distopias escritas no nosso século (*Nós*, de Zámjatin, *Brave New World*, de Huxley e a ficção de Orwell) na realidade quotidiana dos seus leitores; o dinamarquês Ronnov-Jessen comparou os modos de resistência cultural em *Nineteen Eighty Four* (a escrita dum diário) e no *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury (a feiticização da literatura, simbolizada pelos livros aprendidos de cor). E, inevitavelmente, falou-se também do Newspeak, de linguagem e controlo político (Tom Shippey), de meios de comunicação de massa.

As restantes comunicações foram um desfiar de temas e/ou autores caros à investigação em ficção científica: a feminina e feminista (Marleen Barr), a epistemologia (Lyau), a literatura apocalíptica (Spinks), a tecnologia — a máquina antropomórfica ou o homem mecanomórfico — e a distopia (G. Beauchamp).

Não eram muitos os presentes — poucos mais que os conferencistas; mas esse ar de «reunião de família» mais facilitou as discussões informais e trocas de impressões sobre «the state of the art» — os contactos e conhecimentos multiplicaram-se apesar do número restrito de cidadanias presentes — além de britânicos e americanos, um dinamarquês e este vosso lusitano noticiarista.

Não consta ainda que haja no próximo ano um desdobramento europeu da Conferência Eaton; mas, a juntar às boas impressões deixadas pela conferência «1984: The View from Two Shores» deve-se acrescentar a já anunciada publicação para breve duma selecção das comunicações aí apresentadas que Slusser, Rabkin e Greenland editarão, a exemplo do que tem sido feito em anos anteriores.

José Manuel Mota

O V ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS ANGLO-AMERICANOS

Entre os dias 4 e 6 de Maio de 1984, realizou-se, em Braga, o V Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, subordinado ao tema «Literatura-Teoria-Educação».

Estiveram presentes docentes das Universidades do Minho, dos Açores, de Aveiro, de Coimbra, do Porto, de Lisboa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como alguns docentes do Ensino Secundário e Preparatório, cujo número se deseja e espera ver aumentar (presentes, este ano, elementos da Escola Secundária Carolina Michaelis, Porto; da Escola Se-

cundária n.º 2 de Matosinhos; da Escola Secundária n.º 2 de Ovar; da Escola Secundária Garcia da Orta, Porto e da Escola Preparatória Mesão Frio).

Como convidados, estiveram Bruce Guernsey (Senior Fulbright Lecturer, Porto), Clive Taylor (Director Regional do Norte do British Council, Porto), Thomas Inge (Professor — George Washington University, Washington D. C.) e Wallace Keiderling (Adido Cultural da Embaixada dos Estados Unidos).

As comunicações apresentadas estiveram a cargo de Thomas Inge («Characteristics of Southern Literature»); de João Ferreira Duarte, que nos falou, da forma interessante que já lhe é peculiar, «De como se fixa a ficção»; de Christopher Rollason («Nature, Culture and Education in the British Romantic Poets»); de José Luis Gonçalves de Araújo Lima («Literatura: Apre(e)nder o Real»); de Bruce Guernsey, que teve que se haver com o cepticismo geral quanto à possibilidade, por de mais aceite nas universidades americanas, de ensinar o que se chama «Creative Writing»; de Maria Irene Ramalho de Sousa Santos, que, numa prosa belíssima, nos contou da sua experiência da «Aula de Literatura Norte-Americana»; de Alcinda Pinheiro Sousa («A Mítica Ascensão do Saber; Razão ou Imaginação»); de Martin A. Kayman, que, apesar da hora já tardia e do cansaço geral, não abandonou o seu bom-humor e, na sua habitual argumentação inteligente, nos falou de «What d'ya hear, what d'ya say! On language and learning»; de Joseph Eugene Mullin (Teaching American Literature Abroad) e de Clive Taylor («Preparing Future Teachers of English Literature for Secondary Schools»).

As comunicações seguiram-se as habituais trocas de ideias e pontas de vista tão necessárias aos especialistas.

O encontro terminou com a Assembleia Geral, onde além das informações, houve o balanço da actividade da Associação e a marcação do VI Encontro, que se realizará em Lisboa, desta vez subordinado ao tema «Língua, Literatura e Ideologia».

De salientar, a forma hospitaleira com que a Universidade do Minho e, especialmente, os organizadores do encontro receberam os seus colegas, proporcionando-lhes esta agradável e frutífera estadia na cidade de Braga.

A nota triste, marcada pelo recente falecimento do Prof. Moser, não foi, no entanto, possível de apagar. Perdeu a Associação, não só um dos seus fundadores, mas também, um dos grandes especialistas nesta área de Estudos Anglo-Americanos — como referiu Maria Irene Ramalho de Sousa Santos, num momento dedicado à memória deste grande homem de Letras. A melhor homenagem será a continuação do trabalho da Associação, que conta para isso, com a contribuição e o esforço dos seus membros.

Graça Capinha